



## PARTE D

### TRIBUNAL DE CONTAS

#### Gabinete do Presidente

##### Louvor n.º 582/2008

Cessou funções na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em virtude da passagem à aposentação, a técnica verificadora especialista principal Madalena da Conceição Salvador Pecegueiro.

Ao longo de 37 anos de serviço público na instituição, a Senhora D. Madalena Pecegueiro revelou elevadas qualidades pessoais e profissionais, destacando-se o excelente relacionamento humano bem como uma extraordinária dedicação ao serviço.

É, pois, de toda a justiça louvar publicamente o serviço público prestado pela Senhora D. Madalena Pecegueiro, que muito prestigiou o Tribunal de Contas.

11 de Setembro de 2008. — O Conselheiro Presidente, *Guilherme d'Oliveira Martins*.

### TRIBUNAL DA COMARCA DE AROUCA

##### Anúncio n.º 5753/2008

Processo: 393/08.ITBARC — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Plentichoice — Comércio e Indústria de Calçado, S. A.  
Credor: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e outro(s).

##### Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Arouca, Secção Única de Arouca, no dia 28-08-2008, pelas 18:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Plentichoice — Comércio e Indústria de Calçado, S. A., NIF 508402395, Endereço: Cimo da Inha, Escariz, 4540-299 Escariz, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Fernando José da Rocha Fonseca, Endereço: Lugar de Carvalho, 3700-811 Romariz

a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Jorge Ruben Fernandes Rego, Endereço: Rua Villagarcia de Arosa, 1.118, 4450-300 Matosinhos

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 16-10-2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação

##### Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

N/Referência: 533479.

28 de Agosto de 2008. — O Juiz de Direito, *João Manuel Araújo*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Paulo Cardoso*.

300723405

### TRIBUNAL DA COMARCA DE CINFÃES

##### Anúncio n.º 5754/2008

##### Prestação de contas administrador (CIRE) — Processo 322/07.0TBCNF-D

Requerente: F. J. Magalhães, L.<sup>da</sup>

Insolvente: CAMPOJEANS — Sociedade de Confecções, L.<sup>da</sup>

O Dr. João Pinto Marques, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Campojeans — Sociedade de Confecções, L.<sup>da</sup>, NIF — 504296396, Endereço: Lugar de Medados, Cinfães, 4690 Cinfães, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

11 de Setembro de 2008. — O Juiz de Direito, *João Pinto Marques*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Sousa Rocha*.

300730469

### 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

##### Anúncio n.º 5755/2008

##### Processo n.º 402/08.4TBCVL — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: Ana Maria Batista dos Santos Lisboaeta.

Insolvente: Armazéns Beira Centro — Com. Vest. Soc. Unip., Lda.

Armazéns Beira Centro — Com. Vest. Soc. Unip., Lda., NIF 506489299, Endereço: Rua da Madalena, n.º 15, 2, 6200-133 Covilhã.

Vanda Cristina Mendonça Fonseca, Endereço: Rua Celestino David, Lote 14, 2.º Esquerdo, Penedos Altos, 6200-000 Covilhã.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência de bens.

Efeitos do encerramento: artigo 233.º do C.I.R.E.

20 de Junho de 2008. — A Juíza de Direito, *Rosa Lima Teixeira*. — O Oficial de Justiça, *Pedro Dinis*.

300698345

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESTARREJA

### Anúncio n.º 5756/2008

#### Insolvência pessoa colectiva (requerida)

##### Processo n.º 605/08.ITBET

Requerente: Auto-Sueco, Ld.<sup>a</sup>

Devedor: Transportadora Ideal da Malafaia, Lda

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Estarreja, 1.º Juízo de Estarreja, no dia 04-09-2008, às 17:00 horas, foi sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Transportadora Ideal da Malafaia, Lda, NIF — 504405152, Endereço: Rua António Maria Silva Pinho, 199, Monte de Cima, 3860-000 Pardilhó — Estarreja, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Albertina Maria F. C. Pinheiro, e Paulo Alexandre Munhoz Pinheiro, Endereço: Rua António Maria Silva Pinho, 199, Monte de Cima — Pardilhó, 3860 Estarreja, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Cláudia Sousa Soares, Endereço: Rua D. Afonso Henriques, 564 — 2.º Dt.º Frente, 4435-006 Rio Tinto

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 31-10-2008, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º dp Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

#### Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

5 de Setembro de 2008. — O Juiz de Direito, *José Henrique Delgado de Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Cristina Maria Félix Cordeiro*.  
30071777

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

### Anúncio n.º 5757/2008

#### Insolvência pessoa colectiva (requerida)

##### Processo n.º 225/08.0TYLSB

Requerente: Jorge Manuel Ferreira Patatas

Insolvente: Transportes Borges & Pinheiro Ld.<sup>a</sup>

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 1.º Juízo de Lisboa, no dia 15-07-2008, às 12:50 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Transportes Borges & Pinheiro Ld.<sup>a</sup>, NIF — 505336863, Endereço: Av. dos Combatentes, n.º 36-1.º A, Edifício Adf, Casais da Serra, 2665 Milharado — Mafra, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Carlos Augusto Pinheiro dos Santos, Endereço: Av. dos Combatentes, n.º 36 — 1.º A, Edifício Afd, Casais da Serra, 2665 Milharado — Mafra

Elisabete Maria Lino Borges dos Santos, Endereço: Av. dos Combatentes, n.º 36 — 1.º A, Edifício Afd, Casais da Serra, 2665 Milharado — Mafra, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr. Adelino Lopes de Aguiar, Endereço: Rua Major Neutel de Abreu, 7, Atelier, 1500-409 Lisboa

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE]

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.